

FENÔMENO DAS FRANJAS URBANAS E OS PROCESSOS PÓS-OCUPAÇÃO NO BAIRRO PORTA FLORADA EM GRAVATÁ – PE

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

OLIVEIRA, Luiz

Pós-graduando em Desing de interiores, Conforto Ambiental e Luminotécnica aplicada; FAMEF – Faculdade Metropolitana de França

Luizzoliveira2001@gmail.com

CALADO, Caroline

Doutorando em Desenvolvimento Urbano; UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

caroline.barreto.calado@gmail.com

RESUMO

O processo de urbanização brasileira tem produzido distintos fenômenos na espacialidade do tecido urbano. As áreas primordialmente identificadas como algo rural estão se tornando em um cenário de transição rural-urbana, marcadas por descontinuidade morfológica, ausência de urbanidade, precariedade de moradia e infraestrutura. O presente artigo tem o intuito de abordar o fenômeno das franjas urbanas no interior de Pernambuco, como esse fenômeno surge, e como as expressões das contradições entre a fragilidade do planejamento e a necessidade de moradia reverberam em processos de periurbanização que resultam em modificações e impactos ambientais, fragilizadas à espacialidade e suas concepções às desigualdades socioespaciais. Este estudo analisa a franja urbana do bairro Porta Florada, no município de Gravatá – PE, com foco na infraestrutura, urbanidade e condições de integração territorial.

Palavras-chave: franjas urbanas; Gravatá; Pernambuco; periurbanização.



PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The process of urbanization in Brazil has produced distinct phenomena in the spatiality of the urban fabric. Areas primarily identified as rural are becoming a scenario of rural-urban transition marked by morphological discontinuity, lack of urbanity, precarious housing, and inadequate infrastructure. This article aims to address the phenomenon of urban fringes in the interior of Pernambuco, how they emerge, and how the expressions of contradictions between fragile planning and the need for housing reverberate in a process of peri-urbanization, leading to environmental modifications and consequences, weakening spatiality and its conceptions of socio-spatial inequalities. This study analyzes the urban fringe of the Porta Florada neighborhood, in the municipality of Gravatá – PE, focusing on infrastructure, urbanity, and conditions of territorial integration.

Key-words: Urban fringes; Gravatá; Pernambuco; peri-urbanization.

RESUMEN

El proceso de urbanización en Brasil ha generado fenómenos distintivos en la espacialidad del tejido urbano. Áreas identificadas principalmente como rurales se están convirtiendo en escenarios de transición rural-urbana, marcadas por la discontinuidad morfológica, la falta de urbanidad, la precariedad habitacional y la infraestructura inadecuada. Este artículo busca analizar el fenómeno de las periferias urbanas en el interior de Pernambuco, su surgimiento y cómo las contradicciones entre la planificación frágil y la necesidad de vivienda repercuten en un proceso de periurbanización, generando modificaciones y consecuencias ambientales que debilitan la espacialidad y sus concepciones de desigualdades socioespaciales. Este estudio analiza la periferia urbana del barrio Porta Florada, en el municipio de Gravatá – PE, centrándose en la infraestructura, la urbanidad y las condiciones de integración territorial.

Palabras clave: zonas periurbanas; Gravatá; Pernambuco; periurbanización.



PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano nas cidades brasileiras foi marcada historicamente por processos de expansão desordenada, frequentemente associadas à falta de políticas públicas eficazes ao ordenamento morfológico da cidade (Miranda, 2008). Esse cenário resulta em uma cidade marcada por fragmentações e precariedade infraestrutural, onde os espaços de transição rural-urbana refletem o surgimento de dinâmicas urbanas contidas no espaço, como a descontinuidade morfológica do tecido urbano que, conseqüentemente, segrega e contribui para vulnerabilidades socioespaciais e ambientais.

No contexto pernambucano, este artigo abordará o surgimento e consolidação da franja urbana na cidade de Gravatá como um elemento existente, vivo e importante diante do cenário na cidade do agreste, e como esse fenômeno impacta os aspectos de urbanidade frente ao contexto desse local.

Diante desse contexto, a urbanização brasileira tem sido historicamente marcada por processos de expansão territorial acelerados e frequentemente dissociados de políticas públicas eficazes de ordenamento e planejamento urbano. Essa dinâmica produziu uma configuração espacial fragmentada, na qual a cidade se expande para além de seus limites consolidados, incorporando áreas de transição rural-urbana que passam a apresentar características híbridas, descontínuas e socialmente vulneráveis (Miranda, 2008).

Na cidade média do interior de Pernambuco, esse fenômeno adquire contornos particulares, relacionados à expansão recente do tecido urbano, a fragilidade do planejamento territorial e a pressão pelo acesso à moradia. Gravatá – PE insere-se nesse cenário, apresentando áreas de crescimento periférico caracterizadas por descontinuidade morfológica, déficit de infraestrutura e processos de ocupação que tensionam a relação entre rural e urbano.

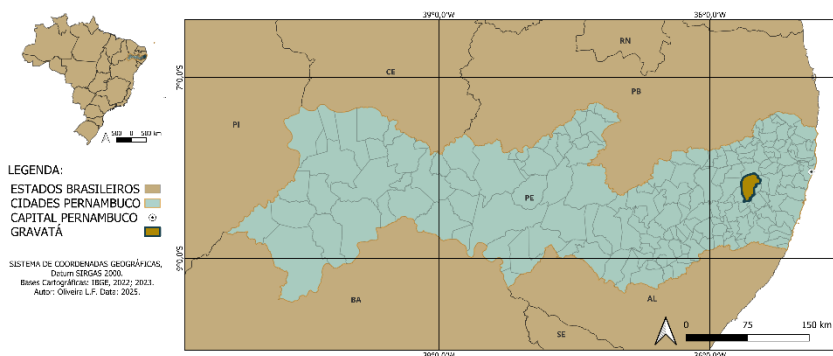
Diante desse quadro, o presente artigo tem como objetivo analisar o fenômeno das franjas urbanas e o processo de pós-ocupação no bairro Porta Florada, compreendendo como a produção do espaço nesse território evidencia as contradições estruturais da urbanização local. Busca-se investigar de que maneira a ausência ou insuficiência de planejamento, associada às demandas sociais por moradia, reverbera em impactos socioespaciais e ambientais, contribuindo para a consolidação de um tecido urbano fragmentado e desigual.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL: GRAVATÁ, PE

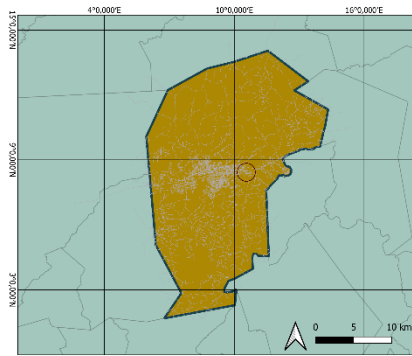
O município de Gravatá está localizado na região Agreste, no interior do estado de Pernambuco, integrando o conjunto de cidades médias do interior nordestino. Localizado a aproximadamente 84 km da capital Recife, o município possui área territorial de 507,36 km² e densidade demográfica de 170,52 hab./km² (IBGE, 2022; 2025) (Figura 1). Inserida nos contrafortes do Planalto da Borborema, a cidade apresenta relevo acidentado e clima mais ameno em comparação às áreas litorâneas, característica essa que contribuiu historicamente para sua consolidação como destino turístico (Prefeitura de Gravatá, 2025).

Figura 1. Localização Gravatá - PE

MAPA BRASIL E PERNAMBUCO



MAPA GRAVATÁ



Fonte: Produzido pelo autor, 2026.

A origem do município de Gravatá remonta ao início do século XIX, associado a uma fazenda, pertencente a José Justino Carreiro de Miranda. Por volta de 1808, a propriedade passou a desempenhar importante função estratégica de apoio aos viajantes, tropeiros e comerciantes que realizavam deslocamentos entre o litoral e o interior pernambucano (Prefeitura de Gravatá, 2025).

O crescimento inicial da população gravataense foi impulsionado pela construção da Capela de Sant'Ana, em 1816, quando, por volta de 1822, com a finalização da construção da capela, as terras da fazenda foram parceladas e comercializadas, estimulando a fixação de moradores e a consolidação do núcleo urbano a vir posteriormente (Prefeitura de Gravatá, 2025).

Somente ao final do século XIX, a implantação da Ferrovia *Great Western* representou um importante marco para o desenvolvimento urbano local, a ampliação da integração de Gravatá com outras regiões do estado, favorecendo a circulação de pessoas e mercadorias. Já, ao longo do



PENSAR FORA DO EIXO

século XX, a construção da rodovia BR-232 consolidou a acessibilidade do município, e fortaleceu sua função regional (Prefeitura de Gravatá, 2025).

A nova rodovia permitiu a intensificação da consolidação de Gravatá como polo turístico regional e destino de segunda residência, fatores que contribuíram para a expansão do mercado imobiliário e para a crescente demanda por novas áreas de ocupação urbana.

Posteriormente, nas décadas seguintes, a atuação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, associado ao crescimento populacional, à expansão do mercado imobiliário e à diversificação das atividades econômicas que impulsionaram o avanço do tecido urbano para além das áreas historicamente consolidadas da cidade, promoveu a incorporação gradual de espaços, anteriormente caracterizados por usos rurais, o que deu origem a territórios marcados por hiatos morfológicos, precariedade de infraestrutura e coexistência de características urbanas e rurais, em que tais características correspondem ao que a literatura urbanística denomina franjas urbanas (Conzen, 2008; Miranda, 2008).

2 MÉTODO

A pesquisa tem como fundamento a natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, fundamentada na articulação a partir de estudos bibliográficos, análises documentais, investigações cartográficas, observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas realizadas com os moradores disponíveis da área de estudo.

Para a análise da evolução da ocupação territorial, foram utilizadas imagens históricas disponibilizadas pelo Google Earth Pro, referentes aos anos de 1970, 1985, 2012, 2015, 2024 e 2025, possibilitando identificar as transformações morfológicas da área ao longo do tempo. Complementarmente, foram elaborados mapas temáticos a partir do SIG (Sistema de Informações Geográficas, utilizando o *software* QGIS (*Quantum GIS*), contemplando aspectos relacionados ao uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana, precariedades e acessibilidade aos principais equipamentos e serviços públicos.

A etapa qualitativa consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com 50 moradores, correspondendo a aproximadamente 10,7% das 467 edificações identificadas na área de estudo, na época da pesquisa. A seleção dos participantes ocorreu por amostragem não probabilística por acessibilidade, considerando moradores com idade igual ou superior a 18 anos e residentes no

PENSAR FORA DO EIXO

bairro, buscando contemplar diferentes perfis socioeconômicos e tempos de permanência na localidade.

O roteiro das entrevistas contemplou, bem como a análise técnica *in loco*, questões relacionadas ao perfil dos moradores, motivações para ocupação da área, percepção acerca da infraestrutura urbana, acesso aos serviços públicos, mobilidade, saneamento básico e condições de habitabilidade, para poder compreender as diversas formas de ocupação, as dinâmicas e os desdobramentos socioespaciais nesse bairro.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas e submetidos à análise descritiva, mediante tabulação das frequências absolutas e relativas das respostas, possibilitando a elaboração dos gráficos apresentados. Os resultados das entrevistas foram posteriormente confrontados com as análises cartográficas e as observações de campo, permitindo uma interpretação integrada entre as transformações morfológicas da área e as dinâmicas socioespaciais observadas na franja urbana Porta Florada.

3 O FENÔMENO DAS FRANJAS URBANAS

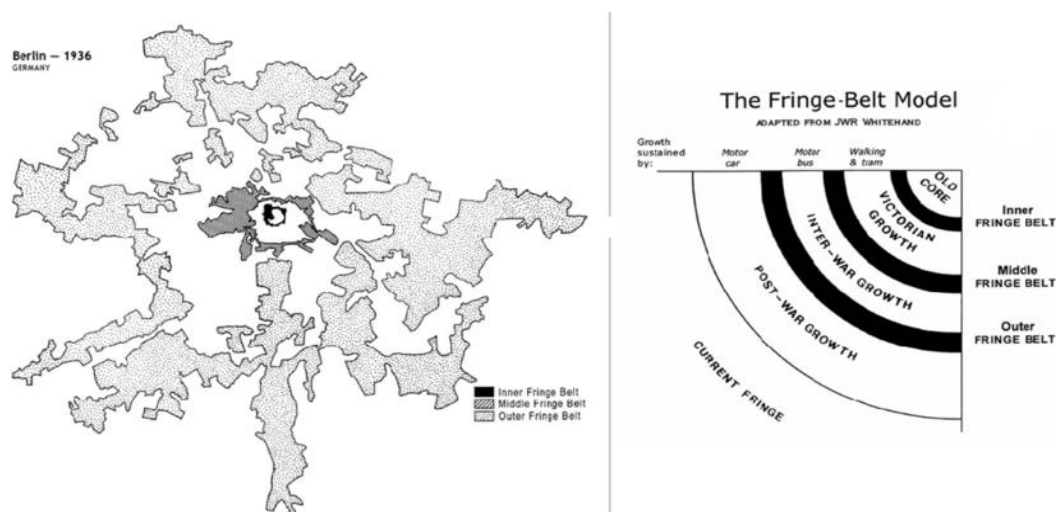
De acordo com Lamas (2000), o processo de formação das franjas urbanas remonta às cidades medievais, quando as áreas próximas às muralhas começaram a concentrar a expansão do espaço urbano. As muralhas funcionavam como uma barreira física que delimitava a cidade em relação ao campo. Com o crescimento populacional e a necessidade de expansão, as cidades passaram a ultrapassar esses limites, o que exigia a construção de novas muralhas mais externas para garantir a proteção do território. A cada novo avanço urbano e reconfiguração das barreiras defensivas, estabelecia-se um novo perímetro da cidade, formando áreas circunscritas em torno dos antigos limites e configurando sucessivas zonas periféricas ao longo do processo de crescimento urbano, (Lamas, 2000).

Em 1936, como afirma Conzen (2008), o geógrafo alemão, Hebert Louis, relata os primeiros indícios desse campo quando passou a observar diferentes zonas de formação e descontinuidade no perímetro da cidade de Berlim (Figura 2), ao analisar o crescimento de Berlim. O autor identificou a formação de cinturões morfologicamente distintos no tecido urbano, os *fringe belts*¹, que surgiam em momentos específicos de desaceleração ou reestruturação do crescimento da cidade.

¹ A tradução do termo em inglês aplicado pela autora equivale a franjas urbanas.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 2. Franjas urbanas em Berlin em 1936 (à esquerda) e modelo de cinturões de franja (à direita)



Fonte: Conzen, 2009.

O mapa apresenta diferentes zonas de crescimento urbano organizadas em cinturões, em que a *inner fringe belt*², é figurada como o núcleo urbano consolidado, e posteriormente os seus segmentos em desenvolvimento entre as áreas intermediárias e por fim a externa.

Esses cinturões aparecem como áreas com morfologia distinta da malha urbana consolidada. Não são bairros residenciais homogêneos, mas espaços ocupados por usos diversos e muitas vezes descontínuos como a implantação de cemitérios, áreas industriais, equipamentos institucionais, vazios urbanos, infraestruturas e áreas militares, conforme (Conzen, 2008).

Dessa maneira, o modelo foi aprofundado pelo autor Conzen (2008), que contribuiu para a consolidação da abordagem morfológica do crescimento urbano. A partir desses processos, as franjas não representam apenas periferias geográficas, mas registros históricos materializados no espaço, evidenciando ciclos de expansão e reorganização da cidade.

Nesse sentido, a partir da perspectiva da produção do espaço proposta por Lefèbvre (1976), entende-se que o espaço urbano não é neutro nem meramente físico, mas resultado das relações sociais, das dinâmicas do capital e das práticas cotidianas. Assim, as franjas urbanas materializam as contradições entre planejamento formal, interesses imobiliários e necessidades sociais por

² Nesse contexto, a tradução do termo equivale a franja urbana interna

moradia. Elas se constituem como territórios onde a cidade se expande sob condições de precariedade infraestrutural, descontinuidade morfológica e vulnerabilidade socioespacial.

1.1 Franjas urbanas no contexto brasileiro

No contexto brasileiro, entretanto, o fenômeno assume especificidades próprias. Diferentemente das cidades europeias analisadas por Louis (1936), as franjas nas cidades brasileiras, frequentemente, estão associadas ao processo de urbanização rápida, desordenada, desigual e marcada por informalidade, configurando-se não apenas como uma nova categoria morfológica, mas como expressão do espaço pela produção social (Santos, 2008).

Dessa forma, a dicotomia entre a cidade e o campo diferenciam-se de acordo com a intensidade da urbanização. Conforme Maund *et al* (1976), observam-se diferentes momentos em relação ao processo de configuração espacial do urbano e o rural no Brasil. Em que o primeiro é relatado e estendido até os anos 1950, quando o campo e o urbano eram marcados por cenários completamente diferentes, opostos e evidentemente delimitados por suas características. E em segundo, a industrialização, migração e urbanização quando compreendidos como cenários complexos que avançam em direção às áreas rurais, refletindo a dependência, antes, do urbano à dependência do rural.

Ainda assim, Silva (2002) *apud* Miranda (2008) retrata que o adjetivo rural apresenta dois significados, o primeiro que se associa a produção agrária, ao sistema de produtividades ao setor primário, como a agricultura e as relações econômicas a partir dessa prática. E a segunda abordagem, ao que se refere que é relativo ao campo, no sentido espaço geográfico, social, à paisagem que se estabelece em oposição à cidade e ao urbano, às diferentes organizações espaciais, dinâmicas sociais e aos padrões ocupantes de áreas não urbanizadas.

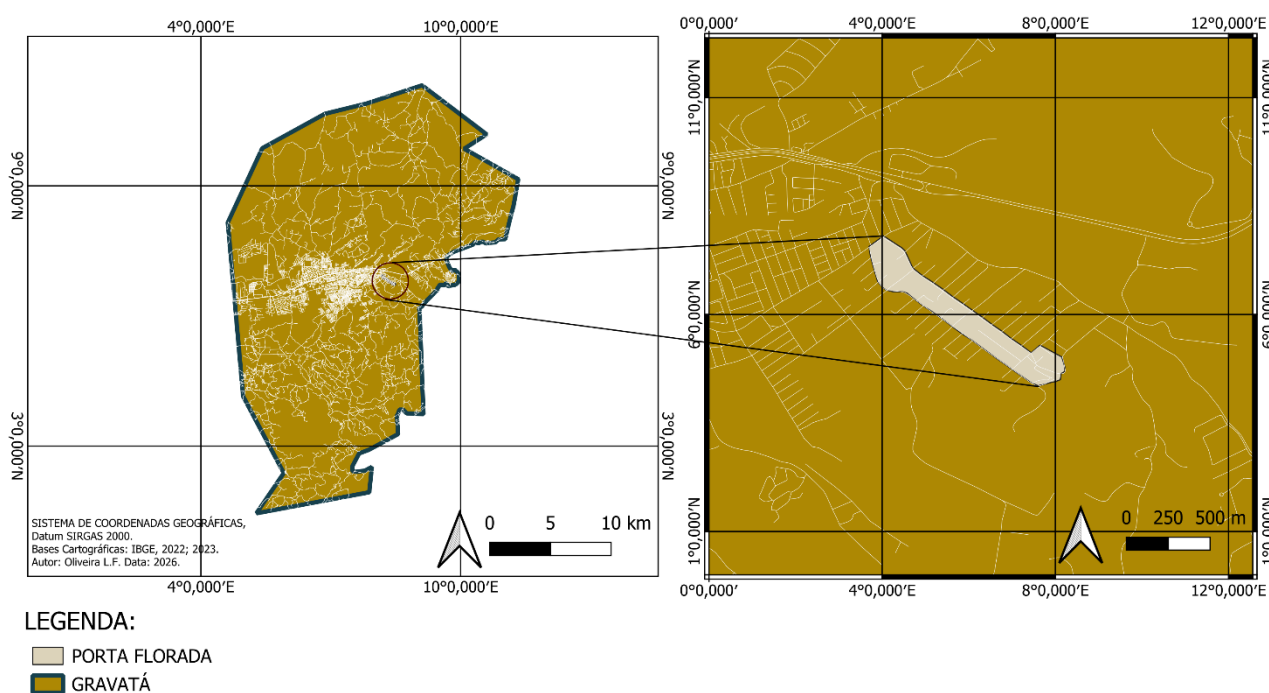
Diante disso, as investigações sobre as franjas urbanas no Brasil refletem um aprofundamento de questões relacionadas às dinâmicas de expansão urbana contemporânea, como as dificuldades de controle do espraiamento urbano desordenado, à incorporação de vazios urbanos como alternativa para moradia e a atuação de diferentes agentes transformadores do solo urbano, sua valorização e reconfiguração territorial (Miranda, 2008).

1.2 O processo da franja urbana Porta Florada, Gravatá-PE

A área de estudo deste artigo, é o bairro Porta Florada, na cidade de Gravatá (Figura 3), interior de Pernambuco, onde se identificou a ocorrência de ocupação irregular decorrente da apropriação territorial por famílias e indivíduos em situação de necessidade de moradia e de acesso ao direito à habitação, pelo processo de autoconstrução, de forma progressiva, rápida e com urgência que refletem a sobreposição das condições ideais de planejamento e infraestrutura urbana, resultando em ocupações de caráter informal e espontâneo.

Figura 3. Localização da área de estudo

MAPA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Fonte: Produzido pelo autor, 2026.

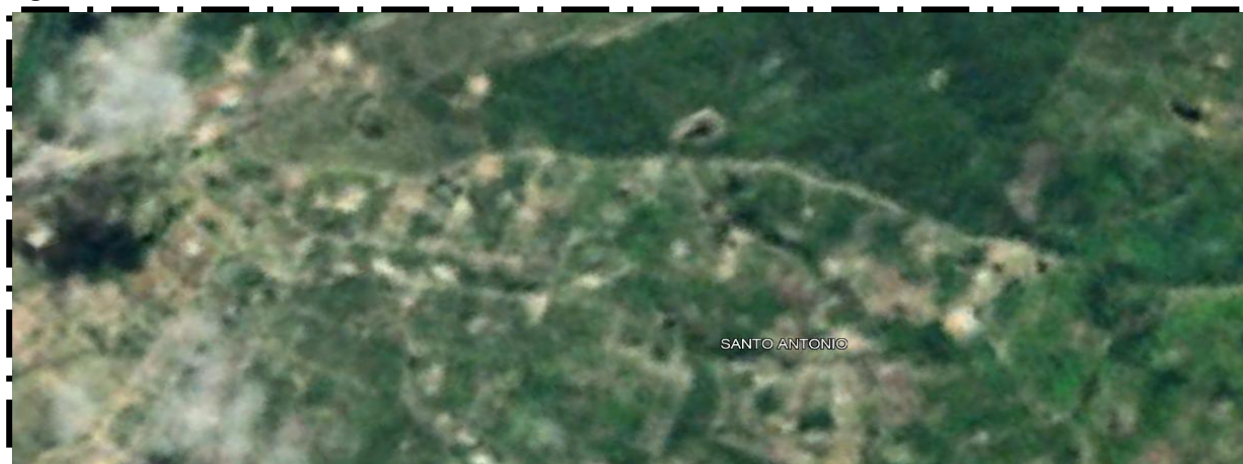
A partir das imagens georreferenciadas, foi possível montar uma sequência cronológica para o estudo de implantação do surgimento do bairro que viria a se tornar. O recorte visual, que representa a evolução do cenário em análise, demanda uma abordagem multifacetada para compreender as dinâmicas urbanas e as características geográficas, morfológicas, demográficas e socioeconômicas do município de Gravatá.

Dessa maneira, com base nas coordenadas da região, no ano de 1970 (Figura 4), observa-se um adensamento de áreas naturais, com ampla cobertura vegetal contínua e poucas marcas de

PENSAR FORA DO EIXO

circulação ou vias demarcadas no bairro Santo Antônio, antigo nome do bairro que vem a se tornar Porta Florada na atualidade de acordo com o mapa geográfico de Gravatá- PE.

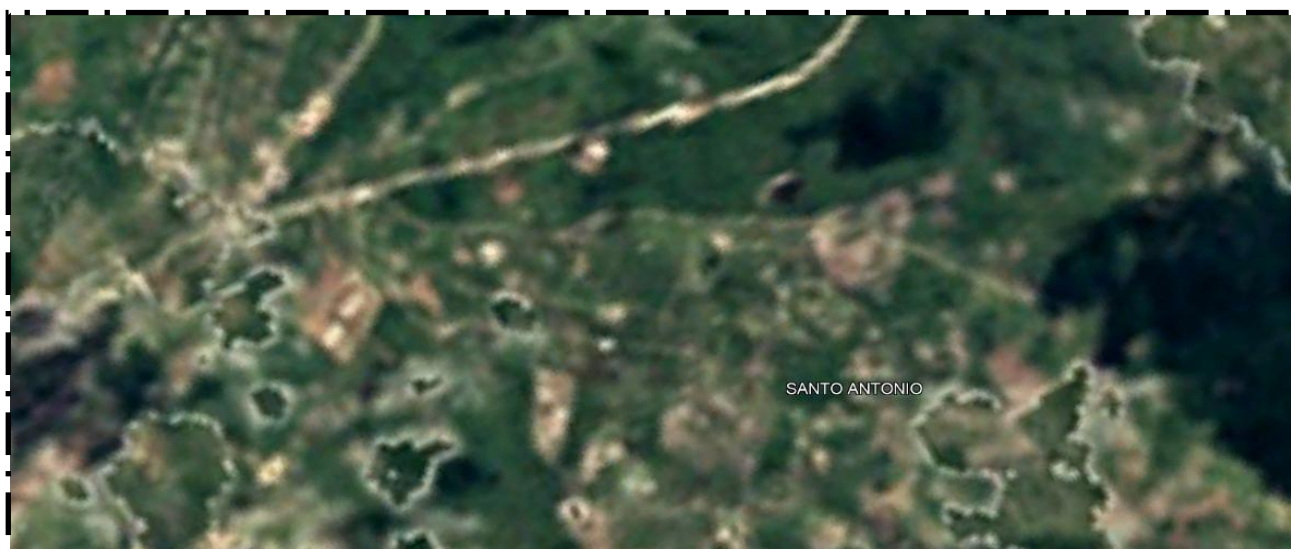
Figura 4. Área em 1970



Fonte: Google Earth, autor, 2025.

Posteriormente, a partir do ano de 1985, (Figura 5), o processo de transformações na configuração morfofuncional torna-se mais evidente com o início de caminhos de terras demarcados, mostrando já o início de um processo de ocupação e estruturação inicial do espaço, ainda que de forma inciativa e pouco consolidada.

Figura 5. Área em 1985



Fonte: Google Earth, autor, 2025.

PENSAR FORA DO EIXO

No ano de 2012 (figura 6), observa-se um avanço mais nítido nas transformações morfológicas na malha urbana. A comparação entre os períodos revela um crescimento significativo nos perímetros da cidade, caracterizando o início de um processo de periurbanização claramente perceptível enfrentada nitidamente, pela falta de controle de planejadores, ou descaso para com áreas como essas, em que o ambiente natural nativo, passa a apresentar modificações decorrentes dos primeiros processos de ocupação urbana.

Nesta imagem, já é possível perceber uma rede de ruas mais definida e um traçado que evidencia a configuração de um bairro morfológicamente já em definição, com o parcelamento do solo e a expansão pontual de construção dispersa, marcando uma fase inicial de adensamento. Áreas anteriormente rurais ou predominantemente vegetadas passam a apresentar quadras, muros, campos abertos, lotes amplos e algumas porções da vegetação original presentes.

Figura 6. Área em 2012



Fonte: Google Earth, autor, 2025.

Em comparação com as áreas circuladas em vermelho e a imagem do ano de 2015 (Figura 7), já é possível evidenciar a transformação da paisagem. Áreas antes verdes e contínuas passam pelo processo de fragmentação da consequência da transição entre o rural e o urbano, o que leva à coexistência de aspectos rural e cidade na malha, e o surgimento de novas edificações e loteamentos, indicando um avanço de ocupação sobre o ambiente natural.

Figura 7. Área em 2015



Fonte: Google Earth, autor, 2025.

A diferença temporal de anos revela marcas de um avanço de urbanização em direção a essas áreas, contudo, sem a estruturação e controle de políticas públicas e de instrumentos de ordenamento territorial.

Esse processo reflete uma dinâmica de periurbanização, conceito esse que explica como a intervenção em áreas rurais formam territórios híbridos, onde coexistem características urbanas e rurais de forma fragmentada McGee (1991). Assim, os limites entre cidade e campo tornam-se difusos, evidenciando novas formas de ocupação do território

Por fim, no período mais recente analisado, no ano de 2024, (Figura 8), observa-se a consolidação final, até a data de estudo. A paisagem, anteriormente com características predominantes da vegetação original, passa a apresentar maior impermeabilização do solo e adensamento do avanço de ocupação sobre o território, indicando um processo de consolidação marcado pela heterogeneidade, fragmentação e descontinuidade na malha.

Figura 8. Área em 2024



Fonte: Google Earth, autor, 2025.

A negligência em relação a essa área, evidencia o descaso e a baixa atuação do poder público. Mesmo após tantos anos, os indícios de uma franja urbana fragmentada continuam sendo ignorados, o que reforça os desafios e limitações das políticas de planejamento urbano.

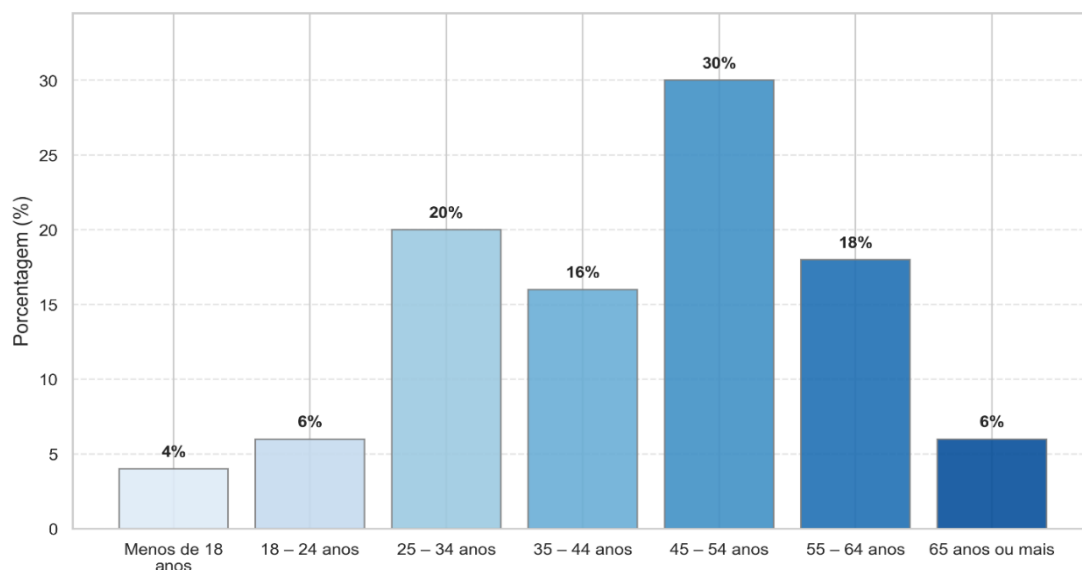
Dessa forma, essa franja urbana reflete um espaço marcado por precariedade urbana, fragilidades e marcas da ausência de infraestrutura, além da desconexão da malha urbana consolidada e das ineficiências de inserção nas estratégias de planejamento urbano.

2 A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA FRANJA URBANA PORTA- FLORADA E AS DINÂMICAS POPULACIONAIS PÓS PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Após a síntese dos aspectos relacionados ao fenômeno das franjas urbanas, a fruição desta pesquisa adotou uma abordagem empírica-qualitativa, articulando a partir de entrevistas direta com os moradores, análises e estudos *in loco* e investigações cartográficas realizadas.

No (Gráfico 1), onde mostra a idade dos moradores presentes na área, observa-se uma predominância de moradores entre 45 a 54 anos, indicando um perfil populacional mais velho, com pouca presença de jovens e crianças, o que pode revelar uma necessidade de uma população em busca de moradia, como reflete o cenário de motivação das respostas do (Gráfico 2).

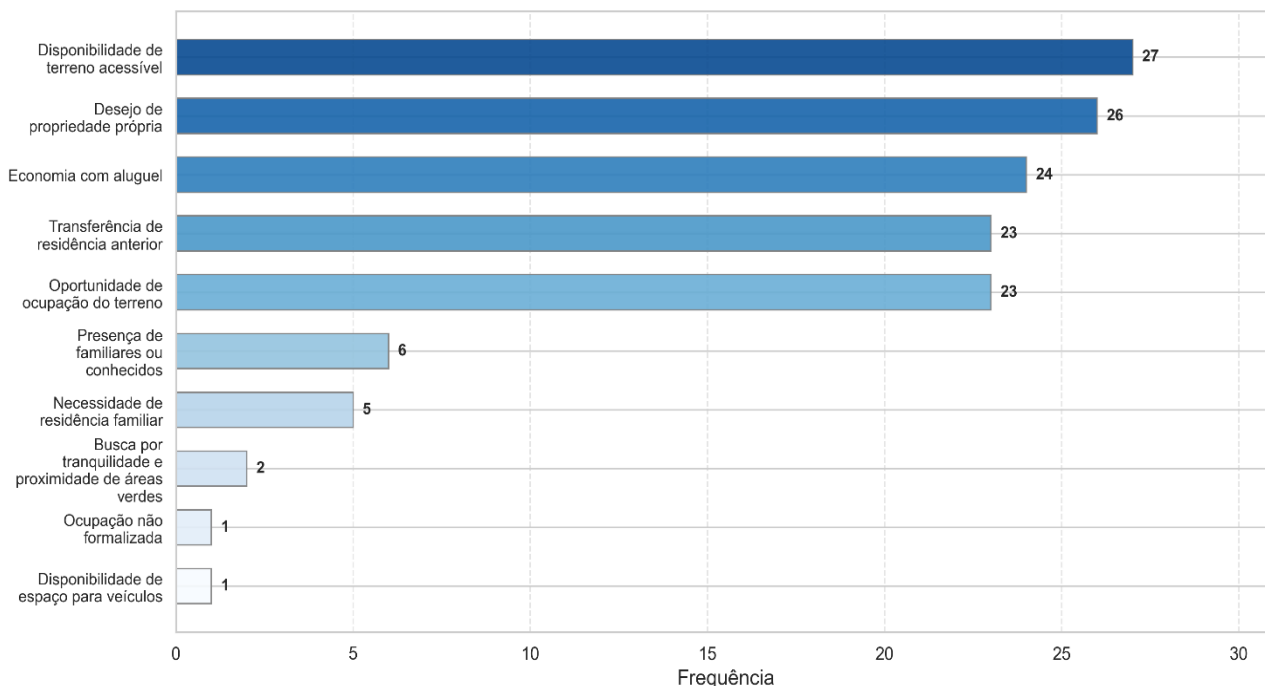
Gráfico 1. Perfil dos participantes por idade



Fonte: Autor, 2025.

PENSAR FORA DO EIXO

Gráfico 2. Respostas frequentes dos moradores acerca da motivação em residir nessa franja urbana



Fonte: Autor, 2025.

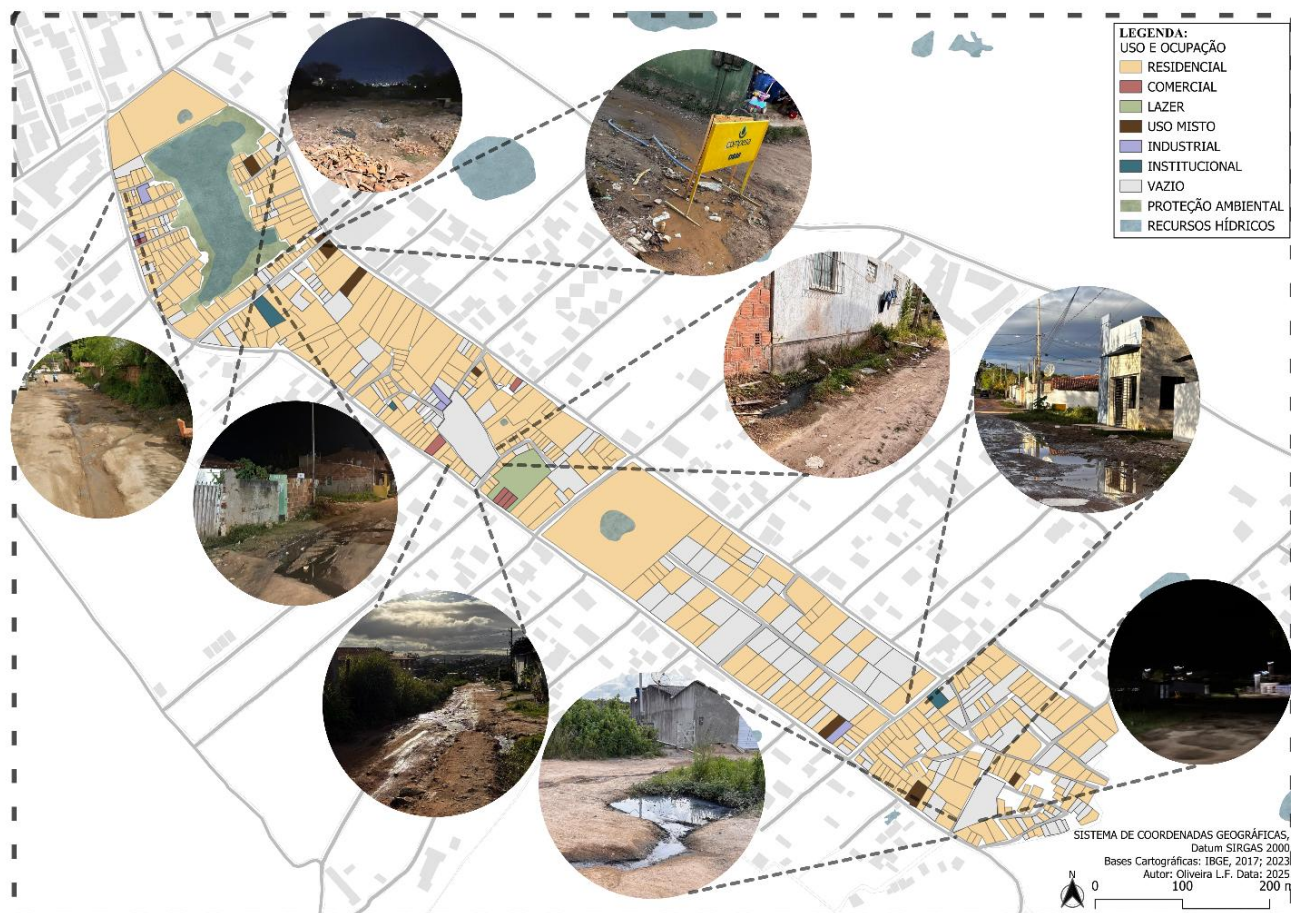
Tais respostas no qual fatores como disponibilidade de terreno acessível (27%), desejo de propriedade própria (26%) e a economia com aluguel (24%), evidencia que a ocupação da área está integralmente ligada a estratégia de acesso à moradia, o que leva a cabo a interpretação dessa franja urbana do Porta Florada como um espaço de oportunidade frente a lacuna de habitação, onde o processo se dá pelas dinâmicas socioeconômicas e de necessidades.

Ainda em seguimento, essa leitura é corroborada pela análise do mapa de uso e ocupação do solo e precariedades (Figura 9), que expressa o uso residencial majoritariamente, contudo inseridos em um contexto de fragilidades decorrente da “urbanização” adaptativa, realizada sem planejamento prévio e eficaz.

A densidade de ocupação é distribuída de forma linear ao longo do perímetro, acompanhando o eixo viário principal. No entanto, é possível observar a descontinuidade dos usos do solo, intercalados por vazios urbanos e ocupações pontuais de natureza comercial, mista, institucional e lazer, bem como também as marcas das fragilidades do tecido urbano da área estudada.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 9. Mapa de uso e ocupação e precariedades da franja urbana Porta Florada



Fonte: Autor, 2025.

Essa correlação marca essas características do processo de consolidação dessa área, que não ocorre de maneira homogênea, mas parte de uma lógica fragmentada, fortemente orientada por fatores socioeconômicos e pela necessidade imediata de habitação, reforçando a configuração de uma franja urbana marcada pela insuficiência e pela adequação progressiva do território frente às necessidades da população residente e pela incapacidade de articular, de forma eficiente, os diferentes usos e funções do espaço e integração à malha urbana já consolidada

Diante desse cenário, percebe-se que a precariedade do planejamento não ocorre somente pela ausência de infraestrutura urbana adequada, como vias estruturadas, o que compromete não somente a fruição de veículos e pedestres, mas contribui para o agravamento de problemas como

PENSAR FORA DO EIXO

a formação de lamaçal, a acessibilidade e os alagamentos em períodos chuvosos, afetando diretamente a segurança, saúde, e as condições de salubridade do espaço urbano.

Além disso, a questão de saneamento e coleta de lixo, marca a fragilidade estrutural da área, a nível ambiental e sanitário, como fatores da invasão ambiental com o despejo de dejetos ao manancial existente (Figura 10), comprometendo os recursos ambientais, anteriormente intactos, além da qualidade urbana, em que é possível observar, negativamente, a degradação e vulnerabilidades das condições socioambientais da população residente, refletindo uma produção do espaço marcada pela insuficiência de infraestrutura, pela fragmentação urbanística e pelas complexidades inerentes à morfologia urbana.

Figura 10. Casa ao lado da margem da lagoa com despejo de resíduos em direção ao corpo d'água



Fonte: Autor, 2025.

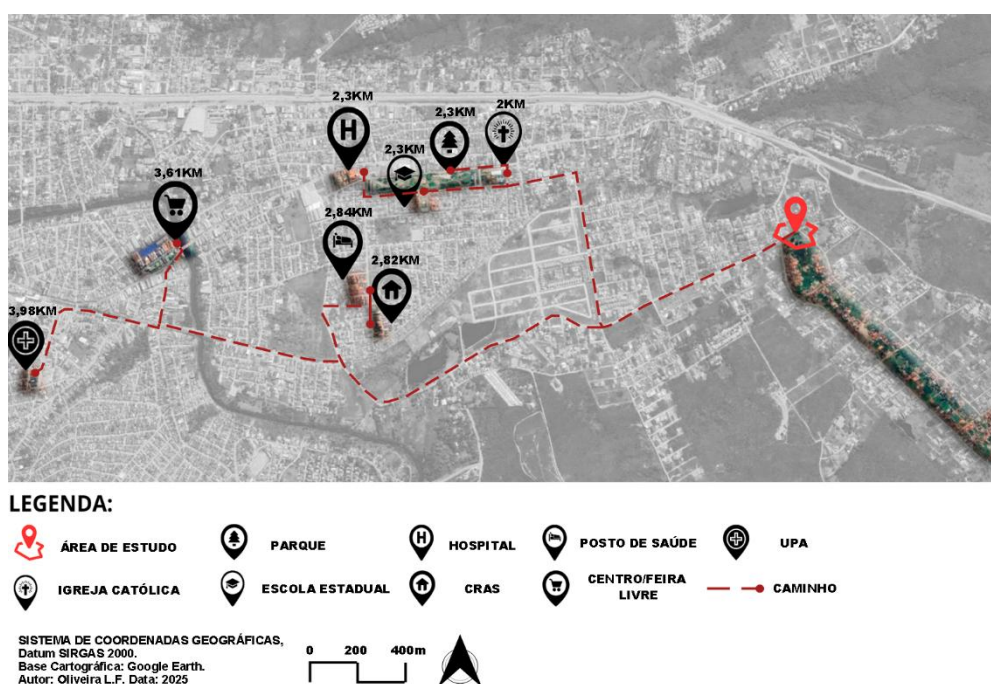
Essas fragilidades reforçam o entendimento da franja urbana como um espaço de transição e tensão urbana, no qual coexistem áreas em diferentes estágios de consolidação e problemas urbanísticos em que áreas precárias permanecem constantemente no cenário desse fenômeno, evidenciando uma paisagem frágil, vulnerável e socialmente exposta, marcada por um território permeado de carências estruturais e “desurbanidade”.

Ademais dessas situações, ainda ao que se refere à integração urbana, a área de estudo demarcada no mapa de acesso aos equipamentos públicos (Figura 11) em paralelo com o mapa de

uso de ocupação e precariedades (Figura 9), é possível observar a ausência de equipamentos públicos na franja urbana analisada.

Em decorrência dessas análises, é possível perceber as distâncias significativas entre a franja urbana estudada, e aos principais serviços básicos necessários para o cotidiano como saúde, educação, assistência social, comércio e lazer, evidencia uma acentuada desigualdade infraestrutural, dificultando o acesso cotidiano da população a equipamentos urbanos essenciais e necessários para uma condição favorável.

FIGURA 11. Mapa de acesso aos equipamentos públicos



Fonte: Autor, 2025.

Dessa forma, a interpretação do mapa de acesso aos equipamentos públicos, evidencia que a franja urbana Porta Florada apresenta reduzida integração com os principais serviços da malha urbana consolidada. As distâncias representadas no mapa demonstram a necessidade de deslocamentos relativamente longos para acesso aos serviços pela comunidade, reforçando as limitações de acessibilidade, a dependência funcional segregação espacial, a limitação de acesso e a dependência funcional do tecido urbano já consolidado.

PENSAR FORA DO EIXO

Essa configuração espacial, não permite alternativas práticas durante o cotidiano, mas impõe à população a necessidade de deslocamentos frequentes para além dos limites do próprio território em busca de serviços básicos. Os percursos representados no mapa explicitam o esforço cotidiano dos moradores para acessar esses serviços, evidenciando barreiras de mobilidade, limitações na acessibilidade urbana e dependência de áreas mais consolidadas da cidade, ademais das más condições das principais vias que estruturam a área. Esse contexto, de organização espacial da franja urbana analisada reforça os processos de segregação socioespacial, nos quais o acesso à infraestrutura e aos equipamentos urbanos se torna condicionado por distâncias significativas e pela insuficiência de oferta local, impactando diretamente a qualidade de vida da população residente.

Com isso, esse fenômeno resultou em processos na produção pós ocupação da área que tensiona o traçado morfológico, ao que se aplica à negligência de urbanidade, o surgimento de espaço marcado por precariedades e por uma implantação urbana desassociada de planejamento técnico adequado, negligência à falta de controle de espraiamento e suas emergentes desdobras intrínsecas ao espaço urbano-social.

Esses desafios revelam uma falta completa de infraestrutura pública local, o que impacta diretamente a qualidade de vida da população residente. Isso porque, a inexistência de equipamentos e serviços urbanos, amplia as dificuldades recorrentes da comunidade.

3 LEGISLAÇÃO VIGENTE

Embora esse fenômeno tenha desencadeado essas diferentes dificuldades e fragilidades urbanísticas, Gravatá possui um conjunto de marcos regulatórios que orientam o ordenamento da política urbana destinada ao planejamento territorial e à garantia da função social da cidade e da propriedade para tentar sanar essas adversidades da expansão do tecido.

Em âmbito nacional, destaca-se a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes para a política de desenvolvimento urbano e instituindo instrumentos voltados ao controle da expansão das cidades, à regularização fundiária e ao ordenamento do território.

Em consonância com essas diretrizes, o município de Gravatá instituiu o Plano Diretor Participativo por meio da Lei Municipal nº 3.430/2006, definindo princípios para orientar o crescimento urbano, disciplinar o uso e a ocupação do solo, proteger áreas ambientalmente sensíveis e ampliar o acesso

PENSAR FORA DO EIXO

da população à infraestrutura, aos equipamentos públicos e aos serviços urbanos. Entre seus objetivos, destacam-se a promoção da função social da cidade, o controle da expansão urbana e a integração entre desenvolvimento territorial, mobilidade, saneamento ambiental e preservação dos recursos naturais (Plano Diretor Municipal de Gravatá, 2006).

Além disso, o município dispõe da Lei de Parcelamento do Solo Urbano de 2007, responsável por estabelecer critérios para implantação de novos loteamentos e garantir a oferta mínima de infraestrutura urbana, incluindo sistema viário, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e áreas destinadas aos equipamentos públicos e comunitários. A legislação prevê que os parcelamentos do solo, sejam eles públicos ou privados, deve haver infraestrutura básica composta por sistema viário, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotamento sanitário, distribuição de energia elétrica e demais equipamentos públicos indispensáveis ao adequado funcionamento da cidade, e assegurar as condições mínimas de habitabilidade, mobilidade, salubridade e integração ao tecido urbano existente (Lei de Parcelamento do solo 2007).

Ainda mais recente, algumas áreas, como a área estudada nessa pesquisa, no ano de 2022, a Lei Federal nº 13.465/2017 instituiu novos mecanismos para a Regularização Fundiária Urbana (REURB), reconhecendo a necessidade de integrar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial. A legislação estabelece diretrizes para promover a segurança jurídica da posse, ampliar o acesso à infraestrutura urbana e assegurar melhores condições de habitabilidade às populações residentes em assentamentos consolidados.

Na franja urbana estudada, a aplicação desse instrumento passou a ser efetivada a partir de 2022, por meio do Programa Moradia Legal, desenvolvido em parceria entre a Prefeitura de Gravatá e outras instituições, as ações envolveram a regularização fundiária do loteamento, com abertura de matrículas e entrega de títulos de propriedade às famílias residentes, representando um importante avanço no reconhecimento jurídico da ocupação e na efetivação do direito à moradia. Contudo, embora a titulação fundiária represente um passo significativo para a segurança jurídica dos moradores, a realidade observada, frente a urbanização existente ainda não assegura a superação das fragilidades urbanísticas existentes, permanecendo déficits relacionados à infraestrutura, ao saneamento básico, à mobilidade e à oferta de equipamentos públicos, aspectos que colaboram para a intensificação da precarização da franja urbana estudada.

PENSAR FORA DO EIXO

Embora esse conjunto de instrumentos represente importantes avanços na política urbana brasileira e municipal, a análise da franja urbana do bairro Porta Florada evidencia que parte da expansão recente de Gravatá ocorreu em desacordo com as diretrizes previstas pelo planejamento territorial. A insuficiência de infraestrutura, a precariedade dos serviços urbanos e a ocupação de áreas de transição rural-urbana demonstram um descompasso entre os objetivos estabelecidos pela legislação e a efetiva produção do espaço urbano. É nesse cenário que o bairro Porta Florada se configura como objeto de análise, permitindo compreender como as limitações na implementação dos instrumentos urbanísticos contribuíram para a consolidação de uma franja urbana marcada por fragilidades socioespaciais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa discutida ao longo deste artigo, permitiu-se concluir que o cenário registrado deste fenômeno evidenciou a complexidade do processo de planejamento, gestão e controle da área em transição na cidade de Gravatá – PE, em que foi possível compreender, de maneira mais fundamental, a dinâmica do processo da franja urbana do bairro Porta Florada e as consequências decorrentes da pós-ocupações da área.

Este estudo marca a reprodução e a perpetuação das desigualdades históricas expansivas no processo de espraiamento territorial, impulsionadas mediante a necessidade ao direito fundamental à moradia. Neste artigo, percebe-se que a ocupação do espaço ocorreu de forma desarticulada das diretrizes formais do planejamento urbano, resultando em processos de urbanização dispersa e espraiada, além das condições intersetoriais, entre o meio natural, a ruralidade e a urbanização frente a produção do espaço.

Dessa forma, foi possível compreender como as franjas urbanas, elementos estruturantes da cidade, possibilitam estudos mais aprofundados sobre como se comporta suas dinâmicas socioespaciais e ambientais, o que permite enxergar suas articulações mediante os interesses, fragilidades e processos ao longo da formação. Em que, tal abordagem, contribua para que exista uma sistematização de estudos e intervenções futuras que não se limitem a respostas pontuais, mas se orientem por estratégias de planejamento capazes de promover uma integração cotidiana mais equilibrada.

Por fim, com esta pesquisa, foi possível compreender o conceito e as dinâmicas que envolvem o processo da franja urbana na cidade do interior de Pernambuco, um espaço aberto que evidencia



PENSAR FORA DO EIXO

uma cidade interiorana neste processo gradual, e como seu movimento de urbanização não planejada resultou em seu processo de expansão.

Evidenciou-se também que esse processo ocorre, sobretudo, como resultado dos movimentos de urbanização não planejada, da expansão periférica desordenada e, muitas vezes, da busca por alternativas frente às falhas das políticas públicas no controle e ordenamento do uso e ocupação do solo.

Como contribuição, este estudo amplia o entendimento acadêmico, técnico e social sobre o funcionamento e os impactos gerados no eixo temático da produção do espaço desse fenômeno, além de fomentar reflexões sobre a urgência de estratégias para um planejamento urbano mais inclusivo, sustentável e equitativo, capaz de mitigar os processos de precarização, promover a requalificação desses territórios e assegurar o direito à cidade.

Portanto, é possível afirmar que a temática das franjas urbanas ainda apresenta diversas lacunas de pesquisa, tanto no campo acadêmico quanto nas práticas de gestão urbana. Abrindo caminhos para investigações futuras de aprofundamento nas relações socioespaciais, nos impactos ambientais, na percepção dos moradores, na análise da forma urbana e, principalmente, na elaboração de políticas que garantam, talvez, a premissa de uma infraestrutura adequada, de moradia e inclusão social, mobilidade e acesso aos direitos básicos.



REFERÊNCIAS

CONZEN, M. P. *How cities internalize their former urban fringes: a cross-cultural comparison*. *Urban Morphology*, 13(1), 29-51, 2009.

CONZEN, M. R. G. *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932–1998*. Oxford: Peter Lang, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos en América Latina: tendencias históricas y problemas teóricos*. Lima: Pontificia Universidad Católica, 1976

GRAVATÁ (PE). **Lei Municipal n.º 3.429, de 28 de dezembro de 2007**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Gravatá e dá outras providências. Gravatá: Prefeitura Municipal de Gravatá, 2007.

GRAVATÁ (PE). **Lei Municipal n.º 3.430, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município de Gravatá e dá outras providências. Gravatá: Prefeitura Municipal de Gravatá, 2007.

HILLIER, B.; HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge, University Press, 1984.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Buenos Aires: Lotus Maré, 1976.

LWES, G. J, e D. J. MAUND. *“The urbanisation of the countryside: a framework for analysis”*. *Geography e Annaler*, 1976:17-27.

MC GEE, T. G. *The emergence of desakota regions in Asia: expanding a hypothesis*. In: GINSBURG, N.; KOPPEL, B.; MC GEE, T. G. (org.). *The extended metropolis: settlement transition in Asia*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1991. p. 3–25.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de ; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p.169-181.

PEREIRA, Juliana Alves. **Urban fringe belts em cidades novas: o caso de Maringá – Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. *História do Município*. Gravatá, 2025. Disponível em: História do Município de Gravatá. Acesso em: 21 jun. 2026.



19º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO . MARINGÁ . 2026

PENSAR FORA DO EIXO

PRYOR, R. J. ***Defining the rural-urban fringe***. *Social Forces*, v. 47, n. 2, p. 202-215, 1968.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

TILLOTT, P. M. (Ed.). ***A History of the County of York: the City of York***. *British History Online*, 1961. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/vch/yorks/city-of-york>. Acesso em: 26 mar. 2025.